Clipping
www.adimb.com.br - adimb@adimb.com.br
ADIMB
Agência para o Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Mineral Brasileira

02 de Fevereiro de 2017

O conteúdo das matérias é de inteira responsabilidade dos meios de origem

A missão da ADIMB é a de promover o desenvolvimento técnico-científico e a capacitação de recursos humanos para a Indústria Mineral Brasileira

CORREIO BRAZILIENSE

GOVERNO DEVE RETIRAR DA CÂMARA PROJETO DE REFORMA DO CÓDIGO DE MINERAÇÃO

O governo deve retirar da Câmara, no início do período legislativo, o projeto de lei enviado em junho de 2013, ainda na gestão Dilma Rousseff, que previa um novo marco regulatório para a atividade de mineração e nunca avançou. O Ministério de Minas e Energia está articulando com a Casa Civil o fatiamento da proposta em outras três, para facilitar a tramitação.

"A ideia do governo é retirar esse projeto do Congresso", afirmou ao Broadcast, serviço de notícia em tempo real do Grupo Estado, o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho. Ele avalia que o projeto instituindo novos critérios para os royalties da mineração é o que caminhará com mais rapidez. "Já está mais ou menos pactuado com as empresas e não deixa de ser uma ajuda aos municípios e aos Estados, pois aumenta a arrecadação", afirmou.

O ministro ressaltou o prejuízo que a demora na conclusão do marco regulatório tem acarretado ao setor. "É necessário ter uma definição. Pior do que ter um código bom ou ruim é não saber o que vai ter. É essa dúvida que mata a tomada de decisão para o investimento."

Royalties

Sobre o minério de ferro, um dos principais itens da pauta brasileira de exportações, a alíquota dos royalties vai variar entre 2% e 4%. A ideia é criar uma tabela flexível, atrelada às oscilações internacionais da cotação da commodity. Quanto maior o preço, maior o royalty.

Para todos os outros minérios, o porcentual será fixo. Os royalties sobre potássio, de 3%, devem cair, uma vez que a maior parte do produto é importada; os do diamante, hoje em 0,2%, vão aumentar. Pequenos produtores terão taxação menor.

Coelho Filho disse que não haverá alteração na divisão dos royalties - a União fica com 12%; os Estados produtores, com 23%, e os municípios produtores, com 65%. A expectativa é que a arrecadação com a Compensação Financeira pela Exploração Mineral (Cfem) chegue a R$ 4,5 bilhões. Em 2016, a arrecadação com royalties da mineração foi de R$ 1,797 bilhão.

Para o ministro, a produção mineral no País caiu por causa da crise econômica e à redução do preço do minério de ferro, mas parte disso também está relacionada à paralisia da proposta enviada ao Congresso. A arrecadação em 2016 foi menor que as de 2012 e 2013, respectivamente R$ 1,834 bilhão e R$ 2,376 bilhões. "É possível ver isso pelo ritmo da atividade em países próximos, caso do Peru, que teve crescimento, enquanto nossos investimentos caíram."

O governo também pretende retirar a proibição a empresas estrangeiras, que não podem atuar em regiões fronteiriças. "Temos 16 mil quilômetros de fronteira, é muito grande", disse. "Acreditamos que rever isso abre uma possibilidade de investimentos muito grandes."

O segundo projeto a ser enviado ao Congresso deve tratar da criação da Agência Nacional da Mineração (ANM), que ficará no lugar do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), mudança já prevista na proposta anterior. O terceiro projeto tratará dos demais temas que envolvem a mineração, como modelo e prazo de exploração das minas.

O fatiamento é bem visto pelo ex-presidente da comissão que analisou a proposta na Câmara, deputado Gabriel Guimarães (PT-MG). Para ele, a divisão do projeto ajudará a dar celeridade em sua aprovação. O atual relator do código, deputado Laudívio Carvalho (SD-MG), foi surpreendido e demonstrou desconforto com a proposta. Disse que seu parecer está pronto para ser votado em plenário desde o segundo semestre de 2016.

Fonte: Correio Braziliense
Data: 27/01/2017

ESTADÃO

POLÊMICA ENVOLVE EXPLORAÇÃO DE OURO NAS MARGENS DA USINA DE BELO MONTE

Governo do Pará deve autorizar nos próximos dias a operação de um projeto bilionário no Rio Xingu, mas a Funai afirma que não aprova o negócio porque há falhas nos estudos de impacto nas comunidades indígenas que vivem nas imediações

O governo do Pará está prestes a autorizar o início da operação de um projeto bilionário para explorar ouro nas bordas da barragem da Hidrelétrica de Belo Monte, ignorando a conclusão de parecer técnico da Fundação Nacional do Índio (Funai), que não aprova o licenciamento da mineração por conta de falhas nos estudos

de impacto às comunidades indígenas. Pessoas que acompanham o processo dizem que a autorização sairá nos próximos dias.

Para a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) do Pará, órgão que é responsável pelo licenciamento do projeto, não há mais nada o que discutir sobre questões indígenas. A empresa canadense Belo Sun, dona do empreendimento batizado como Projeto Volta Grande, que pretende ser o "maior programa de exploração de ouro do Brasil", já teria apresentado ao governador do Pará, Simão Jatene, todos os dados relacionados ao assunto e discutido seus efeitos sobre o meio ambiente e as comunidades locais.

Não é o que diz, porém, a Funai. Questionado pelo Estado, o órgão federal reafirmou o posicionamento apontado por um relatório técnico que realizou no fim do ano passado, com base em informações apresentadas pela Belo Sun.

A conclusão é que o estudo que trata do licenciamento ambiental "foi considerado inapto à apresentação para as comunidades indígenas", por não atender a critérios básicos exigidos pela autarquia. A Funai afirma que não há nem sequer "dados primários" sobre as duas terras indígenas mais próximas ao local onde se pretende extrair ouro, no município de Senador José Porfírio, na orla do Rio Xingu.

A despeito dos riscos e de impactos ao meio ambiente ou aos índios, o governo paraense está de olho mesmo é nos números do projeto. A Belo Sun, controlada pelo grupo Forbes & Manhattan, um banco de capital privado que investe em projetos de mineração mundo afora, promete injetar R$ 1,2 bilhão na região. Com explosões de dinamites, tem planos de arrancar 4,6 mil quilos de ouro por ano do subsolo do Xingu. E isso durante duas décadas, o que coloca seu projeto no nível das maiores explorações de ouro do País, como a da mina subterrânea de Crixás, em Goiás, com produção anual de 6 toneladas.

Para se ter uma dimensão do projeto, dados oficias dão conta de que, nos anos 80, foram retiradas do maior garimpo a céu aberto do mundo, Serra Pelada, no Pará, 30 toneladas de ouro.

Contas

O governo do Pará fez suas contas. Seriam 2.600 empregos diretos e arrecadação de R$ 60 milhões por ano em royalties da mineração por 12 anos. Em impostos, os cálculos chegam a R$ 132 milhões durante a fase de implantação e mais R$ 55 milhões anuais quando a operação estiver a plena carga.

Os números não conseguem ofuscar, porém, a polêmica que gira em torno do projeto, que enfrenta resistências até da própria Norte Energia, concessionária que administra a Hidrelétrica de Belo Monte. Movimentos indígenas e ambientais, além de o Ministério Público Federal, criticam a proximidade da mineração, que prevê a remoção de nada menos que 37,80 milhões de toneladas de minério da área próxima à barragem de Belo Monte.

A mineração ocorreria abaixo do eixo da barragem, numa área conhecida como Volta Grande do Xingu. Por conta do acúmulo de água no reservatório da usina, esse trecho do rio, que tem aproximadamente 100 km de extensão, passou a ficar permanentemente com uma vazão mínima de água. É justamente nessa área que vivem diversas comunidades indígenas. A preocupação é de que a exploração mineral possa potenciar ainda mais os problemas que essa região já enfrenta.

Por meio de nota, o secretário adjunto de gestão e regularidade ambiental do Pará, Thales Belo, afirmou que todas as comunidades indígenas da região vivem acima do raio de 10 quilômetros do projeto, parâmetro legal usado para estabelecer quando um empreendimento tem "impacto direto" sobre as terras indígenas. De acordo com o governo do Pará, as comunidades indígenas estão a 12 e 16 quilômetros do local de atuação da empresa.

A Belo Sun não respondeu ao pedido de entrevista. Em sua página na internet, com conteúdo apenas em inglês, a empresa convida investidores para entrar em negócio com "tremendous" potencial no Brasil. Há cinco anos, os canadenses tentam liberar a exploração. O projeto já conseguiu obter sua licença prévia da Semas, documento que garante a viabilidade ambiental da exploração. Em abril do ano passado, o governo do Pará chegou a anunciar uma cerimônia na qual a licença seria emitida. Porém, o anúncio foi adiado após alguns dias.

Posicionamento.

Nesta quinta-feira, após publicação da reportagem, a Belo Sun enviou nota de esclarecimento ao Estado. A empresa volta a dizer que, de acordo com a legislação vigente, a Belo Sun Mineração não é obrigada a realizar estudos de impactos dentro dessas áreas, porque o Projeto Volta Grande está localizado a mais de 10 quilômetros das terras indígenas Paquiçamba e Arara da Volta Grande, as mais próximas do empreendimento.

"Entretanto, de forma voluntária ainda em 2012, a empresa solicitou um Termo de Referência (TR) e autorização da Fundação Nacional do Índio (Funai) para estudos do componente indígena do EIA", declarou. "Paralelamente, o Conselho Estadual de Meio Ambiente (Coema) definiu em condicionante da Licença Prévia (LP), que deveria ser elaborado um Estudo de Componente Indígena (ECI), o qual já foi protocolado na Funai e na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) - órgão responsável pelo licenciamento ambiental do Projeto Volta Grande -, em abril de 2016. "

A empresa afirma que a Funai enviou um relatório técnico no qual solicita esclarecimentos em relação à pontos específicos do ECI. "A Belo Sun Mineração também já respondeu a todos os questionamentos da análise do órgão indigenista. Para elaboração do ECI, a empresa se baseou nas legislações e melhores práticas relacionadas à proximidade entre empreendimentos de mineração e populações tradicionais, seus direitos e recursos naturais. E não foram identificados impactos nos meios físico e biótico, assim como interações socioeconômicas e culturais, que afetem o meio ambiente e os indígenas que ali vivem", informou. É este documento que a Funai disse ao Estado que foi rejeitado.

Nos dias 12 e 13 de janeiro, lembrou a companhia, "oficinas participativas" foram realizadas no município de Senador José Porfírio. "Cerca de 1.200 pessoas participaram dos eventos na Vila Ressaca e na sede da cidade, cujo objetivo foi promover um ambiente de diálogo, esclarecimento de dúvidas e encaminhamentos sobre temas importantes envolvendo a região. Tratou-se de uma iniciativa inédita da Semas para tornar o licenciamento ambiental um processo cada vez mais de construção coletiva. "

De acordo com a Belo Sun, participaram das oficinas os moradores de Senador José Porfírio, Altamira, Anapu e comunidades do entorno, como as vilas

Ressaca, Galo, Ilha da Fazenda, Itatá, Mocotó e Pirarara, locais que estão na área de influência do Projeto Volta Grande. Os eventos foram acompanhados por técnicos da Semas e funcionários da empresa.

Além da Semas, a empresa declarou que participaram representantes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia do Pará (Sedeme), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), Federação das Indústrias do Estado do Pará (Fiepa), Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ministério Público Federal e Estadual, Sindicato das Indústrias Minerais do Estado do Pará (Simineral), e das prefeituras de Senador José Porfírio, Altamira e Anapu.

Fonte: Estadão
Autor: André Borges
Data: 26/01/2017

BRASIL mineral

BRASILEIRO DESENVOLVE SOFTWARE PARA MODELAGEM GEOLÓGICA E GEOESTATÍSTICA

O professor Dr. Jorge Kazuo Yamamoto, referência no ensino e aplicação de Geoestatística, professor titular aposentado da USP, desenvolveu o Geokrige, um sistema integrado para modelagem geológica e geoestatística de recursos minerais. Segundo o professor, o sistema permite obter resultados de forma simples e rápida.

O Geokrige tem um visualizador de objetos 3D com renderização instantânea de modelos tridimensionais com milhões de blocos e diversas outras opções para a verdadeira análise tridimensional da mineralização. Através de um fluxo de trabalho dinâmico e interface favorável, o sistema tem como objetivo facilitar a vida de usuários ao garantir eficiência e produtividade por um preço acessível, além de ser considerado mais competitivo que os produtos concorrentes. O Geokrige une inúmeras funcionalidades em uma única plataforma que hoje demandam a contratação de mais de um software.

Os interessados podem adquirir a licença do software online, no site www.geokrigagem.com.br ou entrar em contato com a empresa e agendar uma apresentação presencial na sede da empresa, localizada em São Paulo.

Fonte: Brasil Mineral
Data: 27/01/2017

DNPM REVOGA DISPONIBILIDADE DE ÁREAS EXPLORATÓRIAS PARA MINERAÇÃO

O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) revogou nesta segunda-feira a instauração de procedimentos de disponibilidade de área para exploração mineral publicados no Diário Oficial da União a partir de 1º de dezembro de 2016, segundo publicação na imprensa oficial nesta segunda-feira.

Áreas em disponibilidade são aquelas que já tiveram algum alvará de pesquisa para exploração mineral, mas acabaram devolvidas ao governo. Após serem devolvidas, o governo periodicamente às ofertava novamente para verificar se haveria novos interessados.

A medida, segundo o DNPM, foi tomada considerando "que é de conhecimento público que o regramento aplicável aos procedimentos de disponibilidade de área está sendo objeto de revisão pelo DNPM e pelo Ministério de Minas e Energia".

O Ministério de Minas e Energia assinou em outubro um acordo de cooperação técnica entre o DNPM e do estatal Serviço Geológico do Brasil (CPRM), que visa melhorar o ambiente de investimento na mineração e os trâmites administrativos de processos minerários.

No mesmo mês, o presidente do CPRM, Eduardo Ledsham, explicou que o governo planejava leiloar no primeiro semestre deste ano 22 mil áreas para exploração minerária, que seriam agregadas em pacotes para atrair maior interesse.

Na ocasião, Ledsham explicou que a atual estrutura utilizada para atrair investimentos em pesquisa para áreas em disponibilidade é ineficiente e burocrática.

Fonte: Reuters Brasil
Autora: Marta Nogueira
Data: 30/01/2017

EMPRESAS CONTROLADAS E COLIGADAS DA VALE AMPLIAM ACESSO DE INSTITUIÇÕES SOCIAIS A RECURSOS INCENTIVADOS

Empresas controladas e coligadas da Vale destinaram, no final de 2016, mais de R$ 4,2 milhões a instituições do terceiro setor localizadas em municípios vizinhos à Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM) por meio do Fundo da Infância e Adolescência (FIA), do Fundo do Idoso (FI), do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica

(Pronon) e do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD). Provenientes de leis de incentivo fiscal, os recursos representam quase o dobro do que foi destinado pelas empresas às respectivas instituições em 2015.

"Por meio de programas de parceria e de capacitação de instituições sociais, a Vale vem estimulando o acesso do terceiro setor a recursos incentivados que permitem potencializar projetos nas áreas de atendimento a crianças e adolescentes, idosos e saúde", explica a analista de Relações com Comunidades da Vale, Luciana Carvalhar.

A partir desse trabalho, a Vale ampliou o número de municípios beneficiados por meio de recursos incentivados ao longo da Estrada de Ferro Vitória a Minas. "Muitas vezes, os conselhos e instituições não sabem como ter acesso a esses recursos ou não fazem uma gestão adequada do mesmo, o que inviabiliza o repasse por parte das empresas. A partir de um acompanhamento próximo, as organizações são orientadas sobre como é possível ter acesso a recursos não somente do Grupo Vale, mas de outras empresas, a como se regulamentar e fazer uma gestão que confira credibilidade ao processo e, assim, garantir a continuidade dos repasses", destaca Luciana Carvalhar.

Fonte: Vale
Data: 26/01/2016

CPRM
Serviço Geológico do Brasil

ENCONTRO DISCUTE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMPRESA

O diretor-presidente Eduardo Ledsham reuniu a diretoria executiva, superintendentes regionais, chefes de residências e gestores para debater a implantação do planejamento estratégico e o portfólio de projetos da empresa para os próximos cinco anos. Na abertura Ledsham contextualizou o cenário atual e os desafios da instituição. O encontro contou com a presença do novo presidente do Conselho de Administração, Otto Bittencourt.

Durante o encontro, Ledsham anunciou a implantação de um programa de redução de custo, tendo em vista restrições orçamentárias. Destacou também ações em andamento para fazer frente aos desafios, como por exemplo: adequação do estatuto da empresa, exigência legal com o advento da lei das estatais. “Essa iniciativa vai permitir clareza ao processo decisório, exatidão nos controles internos, transparência e eficiência na gestão”, disse.

Ele citou convênio firmado entre a Secretaria de Geologia e Mineração do Ministério de Minas e Energia, CPRM e Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), que possibilitou análise técnica de 22 mil áreas que serão colocadas em disponibilidade pelo DNPM e o apoio técnico que a CPRM está dando ao DNPM para fiscalização de barragens de mineração do país.

Ledsham afirmou que vai fortalecer programas de hidrologia, hidrogeologia e gestão territorial, ampliar convênio com a ANA e extensão de novos convênios com

municípios, além de apresentar diretrizes estratégicas para expansão do programa de águas subterrâneas no semiárido.

O diretor-presidente comunicou que saúde e segurança dos empregados é valor prioritário em sua gestão e que já está em fase de implantação o sistema para atender essa demanda. Disse que vai implantar indicadores de gestão, buscando aumento da eficiência e produtividade.

Oportunidades – Ledsham destacou ainda oportunidades de atuação da instituição, como intensificar a disponibilidade de dados para a sociedade, utilizar ao máximo a capacidade onde a CPRM atua com programas de formação nas escolas, melhorar a percepção da empresa junto à sociedade, governos Federal, Estadual e Municipal, além de reduzir a burocracia e intensificar investimentos em tecnologia da informação.

O diretor-presidente informou que vai fortalecer a área de recursos humanos, implantar definitivamente a solução do ponto eletrônico, e do programa de transferência de empregados e lançar o programa de desligamento voluntário, além do novo Plano de Cargos e salários.

Fonte: CPRM - Assessoria de Comunicação
Data: 30/01/2017

BRASIL mineral

PARQUE PODE INVIABILIZAR PROJETO TOCANTINZINHO

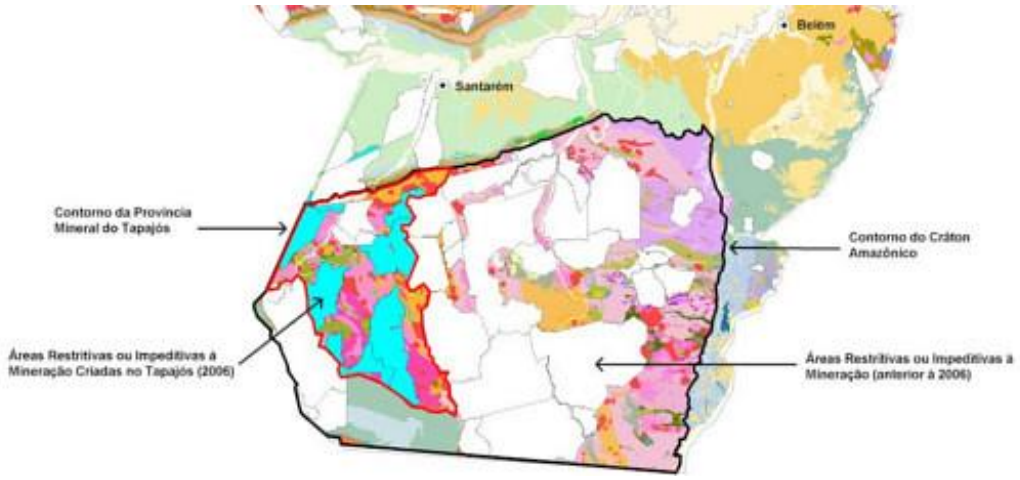
No final de dezembro de 2016 o governo federal editou duas Medidas Provisórias (MP-756/2016 e MP-758/2016) que ampliaram os limites dos Parques Nacionais do Rio Novo e Jamanxim, respectivamente, na Província Mineral do Tapajós (PA). O Parque Nacional Jamanxim (PARNA) teve sua área ampliada em 51 mil hectares, à título de compensar a perda de 862 hectares para a "eventual" construção da Ferrovia do Grão, entre Lucas do Rio Verde (MT) e Itaituba (PA).

O atual vice-presidente de Exploração da TriStar Gold (Castelo dos Sonhos), Elton Pereira, afirma que a MP 756/2016 transformou parte da FLONA Jamanxim em APA Jamanxim, para acomodar forte pressão de pecuaristas e madeireiros em relação a áreas a oeste da BR-163, já com prévia e intensa atividade antrópica. Segundo o executivo, a compensação foi desproporcional, pois a perda de parte de uma FLONA não foi compensada com equivalente ampliação desta FLONA em outra área, mas sim com a ampliação de um parque nacional (Rio Novo), o que restringe, de forma definitiva, qualquer atividade econômica nesta nova área, a qual igualmente tem diversos prospectos potencialmente promissores. Pereira diz que foram usados, em ambos os casos, dois pesos e duas medidas.

O VP da TriStar Gold comenta ainda que a decisão pode afetar o Projeto Tocantinzinho de ouro, onde já foram investidos mais de US$ 230 milhões (exploração + aquisição) e com investimentos de CAPEX previstos de mais de US$ 500 milhões. "O projeto pode ficar inviabilizado pela MP 758/2016, que colocou novamente o PARNA

Jamanxim praticamente em cima do projeto, já que todas as obras de engenharia (planta, barragem de rejeitos e depósito de estéril) caem dentro do que seria a zona de amortecimento do parque, o que é a mesma coisa que cair dentro do parque".

"Caso as medidas provisórias 756/2016 e 758/2016 não sejam revistas pelo próprio executivo, ou que sejam referendadas pelo congresso da forma como publicadas, o Brasil dará mais uma vez, um definitivo sinal aos mercados e investidores externos, de que aqui não se respeita quem aplica seu capital, pois seus investimentos podem no futuro ser aniquilados por uma nova lei, decreto ou MP que inviabilize a concretização de seus investimentos. Vai ficar muito complicado, senão impossível, convencer os potenciais investidores a colocar seu dinheiro em empresas e projetos de exploração no Brasil", diz Pereira.



Fonte: Brasil Mineral
Data: 25/01/2017

Notícias de Mineração Brasil

PROJETO DE DIAMANTES NO MATO GROSSO DEVE RECEBER US$ 1 MI

A Diamante Minerals disse na última segunda-feira (27/01) que fez ajustes ao acordo realizado com a Mineração Batovi, para a exploração de um projeto de diamantes no Mato Grosso. Entre as alterações, está o aporte de US$ 1 milhão para custear a campanha de exploração será feito até junho de 2017.

A outra mudança é que não será mais criada uma nova empresa, na forma de uma joint venture, que assumiria o empreendimento. Agora o projeto será executado diretamente pela Batovi. Segundo dados da Receita Federal, a Mineração Batovi, com sede em Cuiabá (MT), tem como sócios a Diamante Minerals, dos Estados Unidos; a Bra-Can Holding, do Canadá; e José Aldo Duarte Ferraz. Ferraz também consta como sócio

em duas outras mineradoras, a Diagem do Brasil Mineração e a Mineradora Bravo Cavalo, ambas em Cuiabá (MT).

O aporte a ser feito pela Diamante terá como contrapartida o recebimento de 17,6% de participação na Mineração Batovi. "Além disso, o período durante o qual a Diamante tem o direito de adquirir participação adicional de 29% na Mineração [Batovi], contra o aporte de mais US$ 2 milhões foi estendido em dois anos, para novembro de 2019", diz comunicado divulgado hoje (27) pela Diamante.

Além disso, foi acrescentado ao acordo o direito de a Diamante ter representação na diretoria da Mineração Batovi, que pode variar, dependendo da participação da Diamante na Batovi, de dois a quatro diretores. Serão quatro diretores caso a Diamante tenha 40% ou mais da mineradora. Se a participação foi inferior a 10%, a empresa americana não terá direito a representantes.

Em uma transação separada, com um acionista minoritário da Batovi, a Diamante adquiriu 2,4% de participação na mineradora por US$ 30 mil. "Supondo que a Diamante vai aportar integralmente US$ 3 milhões, conforme os termos do acordo aditado, a Diamante teria 49% do capital da Mineração [Batovi]", diz a empresa em nota.

Fonte: Notícias de Mineração
Data: 27/01/2017

Valor Econômico

APESAR DO CENÁRIO ADVERSO, CBMM TEVE LUCRO DE R$ 1,7 BILHÃO

Em um ano de ajustes para enfrentar a crise de seu principal cliente, a siderurgia, a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), controlada pelo grupo Moreira Salles, obteve crescimento em seu resultado em 2016. Mas isso se deve aos ganhos com a valorização do real. No lado operacional, o período ainda foi de encolhimento, apesar do faturamento maior no mercado interno.

A companhia registrou lucro líquido de R$ 1,72 bilhão no ano passado, alta de 16%. As receitas com a variação cambial ficaram em R$ 194,2 milhões contra despesas de R$ 300,6 milhões em 2015. Isso levou a um resultado financeiro positivo em R$ 304,8 milhões, em relação a R$ 300,6 milhões no vermelho de um ano antes. Esse foi o grande motivador do crescimento.

Em 2016, a CBMM demitiu cerca de 170 trabalhadores em razão do ambiente adverso para seus negócios. A companhia produz e processa o nióbio, utilizado principalmente em ferroligas destinadas ao aumento de resistência e estabilidade térmica do aço. Sozinha, a mineradora explora cerca de 80% do nióbio produzido mundialmente. Os Moreira Salles, que também participam do controle do Itaú Unibanco, detêm 70% das ações. Dois consórcios, uma japonês/sul-coreano e outro chinês detêm 30%.

Também no ano passado os acionistas decidiram trocar o comando da empresa após oito anos com o mesmo executivo. Tadeu Carneiro deixou a mineradora

e foi substituído por Eduardo Augusto Galvão Ribeiro, que atuava como diretor operacional. Em comunicado, a companhia disse que a saída se deu "em comum acordo" entre o conselho de administração, presidido por Pedro Moreira Salles, e Carneiro.

No lado operacional, 2016 significou recuo. A receita líquida caiu 7,3%, para R$ 4,57 bilhões. Apesar da baixa, o faturamento subiu 5% no mercado interno, para R$ 233,3 milhões. Ao mesmo tempo, os custos totais de venda caíram apenas 2,2%, para R$ 1,65 bilhão, derrubando o lucro bruto em 10%, para R$ 2,91 bilhões.

O balanço mostra que as despesas operacionais pesaram mais sobre o resultado. A redução de 3,7%, para R$ 458,9 milhões, foi insuficiente, e o total representou 10% da receita, ante 9% em 2015. Uma linha que chama a atenção - não explicada nas demonstrações financeiras - é a de "outras perdas líquidas", com R$ 327,6 milhões de gastos. No ano anterior, havia ficado em R$ 165,1 milhões.

O nióbio interessa bastante à China, uma vez que, além dos 15% que possui na maior produtora mundial do metal por meio de empresas do país, também adquiriu por outro veículo, a China Molybdenum Company (CMOC), a área de nióbio e fosfatos da Anglo American no Brasil, por US$ 1,7 bilhão.

A CBMM produz o metal em Araxá (MG) e tem jazidas exploradas no mesmo local. Há subsidiárias na Suíça, Singapura, Holanda e EUA e distribuidores na China, Japão, Índia e Rússia. A empresa vem investindo em terras raras.

O balanço mostra que seu patrimônio líquido fechou em R$ 2,09 bilhões, 25% acima do de 2015. Os empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos somavam R$ 1,64 bilhão, 9,6% a menos.

Fonte: Valor
Autor: Renato Rostás
Data: 31/01/2017

AGÊNCIA PARÁ

CODEC APRESENTA À DELEGAÇÃO DE TAIWAN POTENCIAL DO PARÁ PARA NOVOS INVESTIMENTOS

As oportunidades para novos empreendimentos existentes no Pará, abrangendo setores que vão do agronegócio à extração mineral, foram apresentadas a um grupo de empresários de Taiwan pela Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará (Codec), em evento promovido pela Federação das Indústrias do Pará (Fiepa), na última quinta-feira (26). O encontro reuniu membros da Fiepa, do Conselho para Desenvolvimento do Comércio Exterior de Taiwan (TAITRA - Taiwan Trade) e o presidente da Codec, Olavo das Neves.

De acordo com Krist Yen, diretor da TAITRA, o pequeno país insular da Ásia é um fornecedor global de produtos de alta qualidade nas áreas de semicondutores, tecnologia da informação, maquinário, autopeças, bicicletas e hardware.

Com uma oferta de mais de 250 feiras de negócios anuais, a forte indústria do país encontra oportunidade para que as empresas ofereçam seus produtos e fechem negócios, o que, em 2016, garantiu a marca de US$ 280 bilhões em exportações.

“Percebemos que existe um interesse comum no sentido de buscar parcerias que gerem negócios, seja no Pará, seja em Taiwan. A possibilidade de joint ventures (empreendimentos conjuntos) é uma realidade, pois temos hoje aqui oportunidades de vários segmentos, do agronegócio ao minério, que podem estar sendo verticalizadas em parceria com o conhecimento que eles possuem, pois é um país extremamente industrializado”, frisou Olavo das Neves.

José Maria Mendonça, vice-presidente da Fiepa, disse que a Federação considera fundamental realizar eventos dessa natureza, que aproximam delegações comerciais e industriais de outros países com o Estado do Pará, viabilizando e fortalecendo a possibilidade de novos empreendimentos.

Krist Yen afirmou que a TAITRA está buscando todas as oportunidades para fortalecer as relações não apenas com o Pará, mas com todas as unidades da Federação brasileira, já que a Taiwan Trade avalia que há potencial de negócios no país. Essa perspectiva já levou a delegação empresarial asiática ao Ceará, Minas Gerais e Paraná.

Fonte: Agência Pará
Autora: Helena Saria
Data: 27/01/2017

Notícias de Mineração Brasil

VOTORANTIM SELECIONA 18 STARTUPS PARA NOVA FASE DE PROJETO

Startups das áreas de energia renovável e nanotecnologia foram selecionadas pela mineradora para fase de imersão na companhia.

A Votorantim Metais selecionou 18 startups de cinco Estados brasileiros para a próxima fase do programa Mining Lab, realizado em parceria com a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg). De acordo com a mineradora, as startups passarão nesta fase por uma imersão na companhia e as que forem selecionadas irão trabalhar na empresa com projetos de energias renováveis e nanotecnologia aplicadas à mineração.

Segundo a Votorantim Metais, as startups dos Estados de Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo se destacaram entre 115 inscritas. O número, de acordo com a mineradora, superou as expectativas dos próprios organizadores. "Pela complexidade dos temas, nós imaginávamos um total de 50 startups inscritas", diz Rodrigo Gomes, gerente de Tecnologia da Votorantim Metais.

De acordo com a Votorantim, na área de energia, os alvos são startups que possam desenvolver tecnologias para substituir as matrizes energéticas tradicionais da mineração, como combustíveis fósseis e eletricidade, por alternativas mais econômicas e que apresentem ganhos ambientais como: biomassa, biogás, energia solar, óleos menos poluentes e renováveis, sistemas de ar comprimido e de bombeamento mais eficientes, ou até mesmo novas fontes ainda não mapeadas.

No ramo de nanotecnologia, a busca é por empresas capazes de desenvolver soluções que utilizem essa tecnologia em aplicações como: recuperação de partículas durante os processos de flotação e hidrometalúrgicos, soluções em corrosão, aplicações de óxidos dos metais, tratamento e recuperação de efluentes e desenvolvimento de novos produtos.

A partir do dia 1º de fevereiro, representantes das startups passarão por uma imersão dentro da mineradora para entender os processos de produção e receber apoio técnico para elaborar a apresentação do projeto para a banca examinadora.

No dia 17 de fevereiro, a banca examinadora definirá os vencedores. Até 10 projetos irão receber o apoio da empresa, acompanhamento pela Fiemg e pela aceleradora de startups Techmall até o Demo Day em 1º de setembro.

Ao final do programa, a Votorantim Metais poderá investir no desenvolvimento das soluções, bem como estabelecer parcerias para busca de investimentos, compra ou distribuição dos produtos e serviços das startups.

Confira a lista de startups selecionadas:

Energias renováveis: BCHEN (Itaúna/MG), Bioware (Campinas/SP), Eduardo Biscolli Brandão (Videira/SC), Mario Coelho (Santa Cruz do Sul/RS), Naidion Motta Silvério (Itajubá/MG), Oppus (Nova Lima/MG), Paradigma (Carmo do Paranaíba/MG), Tau Flow (Campinas/SP), Tey Renováveis (Sorocaba/SP), Trigás (Caxias do Sul/RS) e Zeg Environmental (Água Branca/SP).

Nanotecnologia: Ecosoluções (Viçosa/MG), Itatijuca Biotech (São Paulo/SP), nChemi (São Carlos/SP), Oppus (Nova Lima/MG), Robson Rodrigues Amaro (Barão de Cocais/MG), Tau Flow (Curitiba/PR) e WHPOS (Nova Lima/MG).

Fonte: Notícias de Mineração
Data: 31/01/2017

GLOBAL GOLD MINING OUTPUT TO DECLINE FURTHER

A new report by the GFMS team at Thomson Reuters primary estimates supply of gold continued to ebb lower in the fourth quarter of last year making 2016 the first calendar year of a fall in mine output since 2008.

World gold mine supply fell by 22 tonnes or 3% year-on-year according to the GFMS Gold Survey (registration required), to total 827 tonnes in the third quarter of 2016. GFMS expects mine supply will have contracted in the fourth quarter, with the total estimated at 801 tonnes, a 2% decline year-on-year bring the annual total to 3,168 tonnes.

During the third quarter (most companies have not yet published fourth quarter data) Africa and Oceania are the only two regions that reported year-on-year gains, 6 tonnes and 1 tonne, respectively. Asia reported the biggest year-on-year loss of 15 tonnes for Q3 2016 to 225 total output, driven by top global producer of the metal China.

China's 15 tonne loss was mainly due to a suspension of operations in some mines in Shandong, Shaanxi and Xinjiang provinces. Stricter safety and environmental regulations were other major reasons behind the 12% year-on-year drop, together with a slowdown across small operations due to permit renewals.

European output declined by 3 tonnes and at 126 tonnes, North America produced 9 tonnes less during the time period with Mexico the main culprit:

Peñasquito saw a four tonne year-on-year decline due to planned lower ore grades, which dropped from 1.08 grammes/tonne for Q3 2015 to 0.69 grammes/tonne for Q3 2016. Output from Cortez was reduced by two tonnes in Q3 2016 compared with Q3 2015, primarily due to lower underground grades as mining is advancing from the high grade Breccia zone to the lower grade Middle zone.

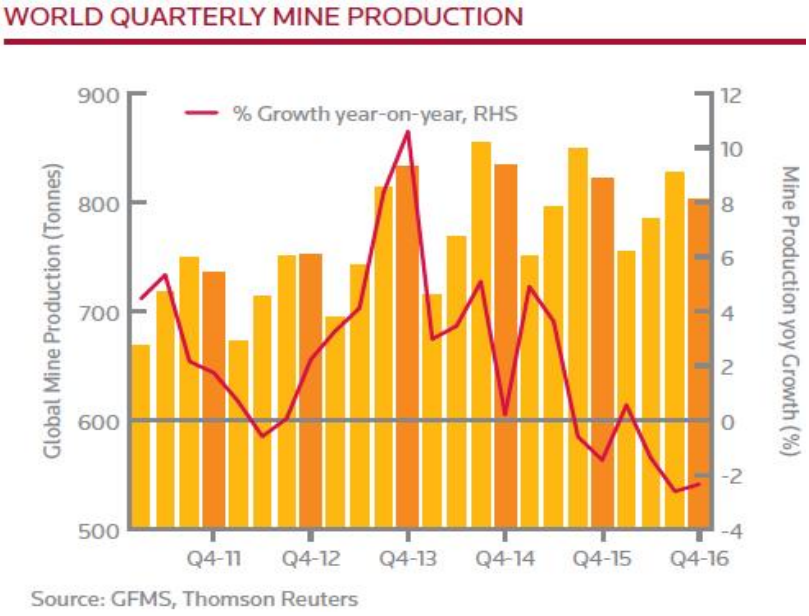
South America produced a total of 139 tonnes of gold in Q3 2016, a three tonne loss compared with Q3 2015 on the back of a mining and processing slowdown at Yanacocha and the depletion of surface stockpiles at Cerro Negro.

Output from Africa rose by six tonnes in the third quarter of 2016 over the same period of 2015, to total 149 tonnes according to the report:

Production from North Mara was increased by one tonne in Q3 2016 driven by a significant increase in head grade and improvement in recovery rates. The Sukari mine raised output by one tonne year-on-year for Q3 2016 thanks to 900 satisfactory plant throughput rates, average grades and metallurgical recoveries.

Oceania produced one tonne more in Q3 2016 than a year earlier to total 88 tonnes. Cadia delivered a one tonne year- on-year increase for Q3 2016 as the project continued to ramp up.

The authors of the report pointed out that "there are relatively few new projects and expansions expected to begin producing this year, and those in the near-term pipeline are generally fairly modest in scale, hence our view that global mine supply is set to continue a multi-year downtrend in 2017.



Fonte: Mining
Autor: Frik Els
Data: 27/01/2017

PROJETO SANTA QUITÉRIA: SOLICITADA RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO DE ADUTORA

Um encontro entre INB, Governo do Estado do Ceará e poder legislativo retomou discussões sobre o Projeto Santa Quitéria, na secretaria de Recursos Hídricos, em Fortaleza (CE), na quarta-feira (18/01). Na ocasião foram esclarecidas as etapas de andamento do empreendimento e a necessidade de renovação da Licença de Instalação – LI da adutora no açude Edson Queiroz junto à Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE).

Estiveram presentes na reunião o diretor de Recursos Minerais da INB, Laércio Rocha, o coordenador do projeto, José Roberto de Alcântara, o deputado federal Danilo Forte, o secretário de Recursos Hídricos do Governo do Estado, Francisco Teixeira, e o secretário adjunto de Recursos Hídricos, Ramon Flávio Gomes Rodrigues.

"A reunião foi proveitosa até para mostrar para o governo que o Projeto Santa Quitéria não está parado. Está atendendo aos ritos do licenciamento. Atendendo às exigências da CNEN (Relatório de Local) e do IBAMA (Estudo de Impacto Ambiental – EIA) ", explica José Roberto de Alcântara, coordenador do projeto na INB.

Em relação à renovação da Licença de Instalação da adutora, expirada em novembro de 2016, a Secretaria de Recursos Hídricos se mostrou favorável e a expectativa é que a renovação ocorra em março deste ano. A construção da adutora, que levará água do açude Edson Queiroz até Itataia, é de responsabilidade do Governo do Estado. Além de fornecer água para o empreendimento, também beneficiará as comunidades próximas, como a de Riacho das Pedras e os assentamentos de Morrinhos e Queimadas. As fábricas do projeto Santa Quitéria foram pensadas de forma que toda a água usada seja sempre reaproveitada no próprio processo industrial.

O consórcio Santa Quitéria, composto pela INB e a empresa Galvani, visa a exploração de urânio e fosfato que se encontram associados na jazida de Itataia, no município de Santa Quitéria. Com investimentos previstos em R$ 850 milhões, o projeto vai gerar emprego e desenvolvimento econômico para a região.

Fonte: INB
Data: 24/01/2017

BRASIL mineral

O FUTURO DA MINERAÇÃO DEPENDE DE INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

Inovação e sustentabilidade. Estes foram os temas predominantes no 24º World Mining Congress, realizado no Rio de Janeiro de 18 a 21 de outubro de 2016, que reuniu cerca de 850 executivos, empresários, técnicos e acadêmicos ligados à indústria mineral de cerca de 40 países. Organizada pelo Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), esta edição do WMC foi a terceira a acontecer nas Américas (antes o evento havia sido realizado no Peru e Canadá). Além de quase 190 trabalhos técnicos apresentados (dos 250 publicados e mais 60 posters) nas áreas de Automação, Inovação na Mineração, Mineração de Superfície, Sustentabilidade na Mineração, Economia Mineral, Exploração Mineral, Processamento Mineral e Mineração Subterrânea, o evento contou com diversas sessões temáticas e um talk-show reunindo executivos do setor. Houve também homenagens especiais: a primeira feita ao diretor de Assuntos Minerários do Ibram, Marcelo Ribeiro Tunes, e a segunda ao engenheiro de minas Roberto Cerrini Villas Boas, que faleceu em junho de 2016.

Na sessão de abertura, o Diretor-presidente do Ibram e Presidente honorário do Comitê Científico do 24º WMC, José Fernando Coura, disse que "o setor mineral brasileiro está pronto para dar as respostas que o Brasil precisa para retomar seu desenvolvimento, investir na construção da infraestrutura e gerar empregos. Temos os minérios necessários como brita, areia, ferro e tantos outros para vencer este desafio", disse Coura. O Diretor-presidente do Ibram afirmou ainda que a mineração brasileira tem capacidade de atrair divisas através da exportação de excedentes de sua produção mineral, o que garantiria estabilidade para a economia brasileira em longo prazo. Coura disse também que a mineração é base da economia, e mais do que isso: a mineração é: 'casa e comida' dos brasileiros. 'Casa' porque ela é construída com minérios diversos e produtos derivados como brita, areia, cimento, cal, alumínio, cerâmica, vidro, ardósia, mármore, granito e outros; 'Comida' porque sem nitrogênio, potássio e fósforo não tem agricultura em larga escala necessária para alimentar toda a população".

Já o ministro interino de Minas e Energia, Paulo Pedrosa, afirmou que o governo trabalha com o objetivo de fortalecer as instituições do setor, como o Serviço Geológico Brasileiro e o Departamento Nacional de Produção Mineral. Segundo Pedrosa, há milhares de processos estancados nessas autarquias que precisam de novo impulso para que o governo aja como protagonista, como facilitador dos investimentos no setor mineral, afirmou.

O presidente do Conselho Diretor do Ibram e diretor da Vale, Clovis Torres Junior, referindo -se ao tema central do congresso, "Mineração em um Mundo de Inovação", afirmou que o setor mineral brasileiro tem o compromisso de investir em inovação para aprimorar sua produtividade sem abrir mão da melhoria constante das

condições de saúde e segurança em suas operações, assim como dos indicadores de sustentabilidade.

O otimismo dos demais dirigentes foi seguido por Jösef Dubinski, presidente do WMC 2016 e diretor do Instituto Central de Mineração de Katowice, na Polônia. “O Brasil é, para nós, o país com o maior potencial de desenvolvimento na indústria de mineração e pode liderar o desenvolvimento do setor no futuro”, disse. O presidente do WMC destacou ainda que o segmento precisa investir em inovação para desenvolver meios mais efetivos de exploração dos recursos naturais. “O grande desafio é estimular o desenvolvimento de novas soluções”, disse Dubinski. “As mineradoras devem se modernizar para o século 21”, completou.

Para o CEO da Anglo American no Brasil, Rubens Fernandes, que participou de um talk-show juntamente com o presidente da Votorantim Metais, Tito Martins, e o diretor da Vale, Clovis Torres Junior, o cenário para o futuro da mineração no Brasil “é muito positivo após os últimos acontecimentos políticos”, embora afirme que as mudanças não devam ocorrer tão rapidamente. Ele acrescentou que várias empresas estrangeiras já demonstram interesse em investir no Brasil.

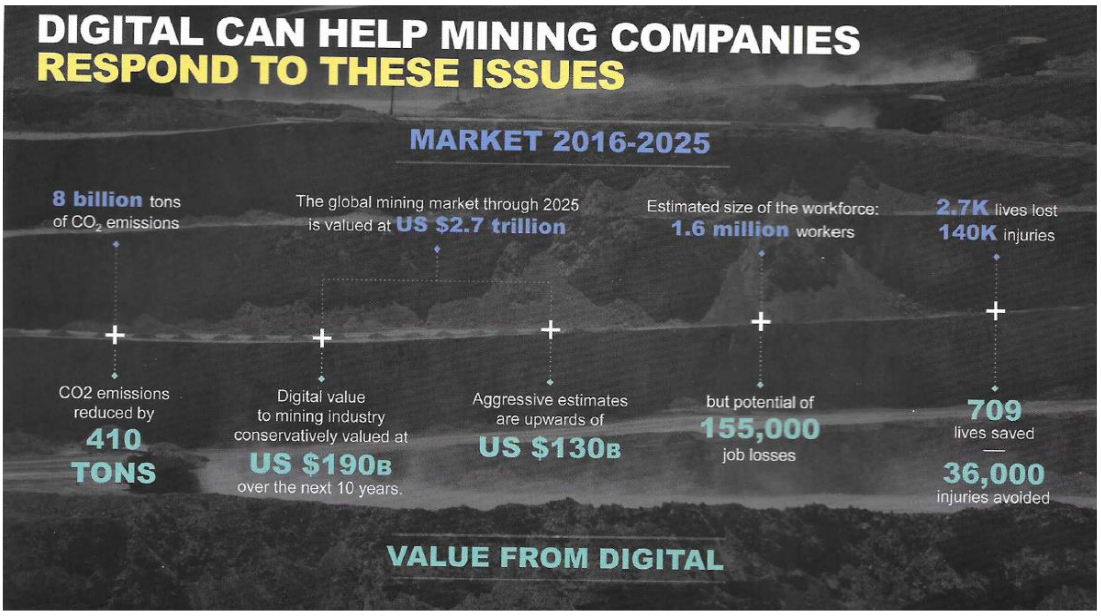
Males do Superciclo

Para Afonso Sartório, da EY, que participou de uma sessão sobre produtividade nas operações mineiras, o boom das commodities teve um lado negativo, porque fez com que as mineradoras focassem mais em volume. Nos anos recentes, entretanto, com o fim do Superciclo e a baixa de preços das commodities, as companhias procuraram focar mais a eficiência e melhoria operacional através da redução de custos, aumento da produtividade e otimização do capital operativo. Porém, apesar de um certo sucesso na redução de custos, a melhora na produtividade deixou a desejar. Por isto, agora as mineradoras precisam focar mais em produtividade por meio da integração de sistemas, eliminação de perdas, maior disponibilidade dos ativos. Isto significa, segundo o consultor, que entre 2% e 3% dos investimentos devem ser direcionados à melhoria do volume de produção, enquanto 15 a 25% dos recursos deverão estar voltados à redução de custos e manutenção preventiva.

Já os representantes da McKinsey, Richard Sellschop e Henrique Ceotto, no mesmo painel, foram categóricos em afirmar que o Superciclo não volta e que, portanto, as questões relacionadas com a melhoria da produtividade, como único caminho para sobre vivência da indústria de mineração, vieram para ficar. E apontaram três maneiras para aumentar a produtividade entre 50% e 60%: recuperação e transformação dos ativos operacionais e adoção do Lean Management e Digital Transformation. Para eles, o setor mineral se remodelou, porém tornou-se mais volátil e vulnerável porque, com os menores preços, precisou produzir maiores volumes e teve uma década de baixa produtividade. Eles apontam que, nesse período, a eficiência dos equipamentos em minas a céu aberto caiu 39%, enquanto nas minas subterrâneas a queda foi de 27%. Já nas operações de britagem e moagem houve uma redução de 69% na eficiência. Os dois consultores dão a sua receita para que as empresas mineradoras tenham sucesso em seu processo de transformação: usar melhor o budget (orçamento), ao invés de reduzir; utilizar diligências independentes, ao invés de realizá-las com pessoal da própria empresa; desenvolver um plano detalhado para a transformação e implementá-lo; mudar o gerenciamento; focar a performance das operações e infraestrutura; minimizar resíduos; desenvolver capacidade dos empregados e promover o seu engajamento.

Rafael Laskier, da Vale, abordando o mesmo tema, disse que a principal inovação na indústria mineral será nas pessoas e não em tecnologias. Ele concordou com Sartori, afirmando que o fato de as empresas operarem com elevados volumes de produção durante o Superciclo contribuiu para a redução da produtividade. Na Austrália, por exemplo, a produtividade do pessoal teve uma queda da ordem de 50%. Portanto, em sua opinião, hoje uma das grandes necessidades das empresas é o aumento da produtividade, tendo em vista que a questão da Segurança é uma prioridade permanente. Para Laskier, as tecnologias disruptivas terão forte impacto econômico e transformarão a mineração, com a adoção de sistemas autônomos de produção, dentre outras inovações (na gestão dos negócios, nos produtos, nas tecnologias e nas operações). A inovação, afirma, é uma oportunidade de trabalho colaborativo, em que se aprende fazendo e trabalhando com a diversidade de ideias. Porém, ele alerta que a cultura do ambiente operacional é diferente daquela propícia à criação de inovações. Para as empresas, agora a questão é não mais definir quanto gastam e sim como gastam, adotando-se o conceito de coalizão inovativa, tendo sempre como objetivos a produtividade, redução de custos, segurança e geração de novas receitas. Em resumo, Laskier defende que se deve buscar simplificar os processos através de novas tecnologias e identificação de novas tendências.

Rachel Bartels, Global Mining Leader da Accenture, afirmou que as empresas mineradoras estão convivendo com um mercado onde predomina o crescimento menor da de manda, volatilidade de preços, custos mais altos e isto exige aumento da eficiência e produtividade, o que representa uma oportunidade para a digitalização do setor. Ela lembrou que o custo das tecnologias digitais caiu muito, bem como o tempo de implementação das ferramentas. E citou como exemplo o caso de um robô, que há alguns anos custava US$ 500 mil e hoje pode ser comprado por até US$ 500. Portanto, em sua opinião, é uma oportunidade de ganhos permanentes para as mineradoras e mencionou o caso de um projeto na Austrália que teve um custo de US$ 500 mil e propiciou um aumento de produtividade da ordem de 6%. A contrapartida, no entanto, será a perda de empregos, já que ela estima que 155 mil empregos deixarão de existir na indústria mineral na próxima década. Mas ao mesmo tempo as novas tecnologias possibilitarão que 709 vidas sejam salvas e 36 mil acidentes evitados. De acordo com Bartels, o mercado digital nos próximos dez anos movimentará uma cifra de US$ 190 bilhões (apenas na indústria global de mineração), abrangendo basicamente quatro áreas: automação, robótica e hardware operacional; força de trabalho habilitada digitalmente; integração de empresas, plataformas e ecossistemas; capacitação digital das novas gerações para fazer análises e suportar decisões. Ou seja, em sua opinião os avanços serão muito rápidos, lembrando que a inteligência artificial está avançando em velocidade exponencial. A digitalização também pode mudar as características atuais do mercado de mineração, segundo Bartels e ela cita como exemplo a possibilidade de as mineradoras virem a fornecer metal em pó para alimentar as impressoras 3D. Finalizando, ela disse que as tecnologias digitais poderão mais do que dobrar o valor das empresas nos próximos dez anos.



Complementando a linha de abordagem de Bartels, Constantino Seixas, também da Accenture, abordou a questão da digitalização dos processos produtivos em palestra específica durante o evento. Para ele, a digitalização habilita as empresas a conseguir maior eficiência nos processos e explicou que a revolução digital nada mais é do que a centralização das operações e da tomada de decisões numa realidade em que as minas estão conectadas. A transformação digital, explicou Seixas, significa sensores inteligentes, operações autônomas e robótica, impressão 3D, trabalhadores conectados, centros de controle remotos, cyber security (segurança cibernética) de ativos, integração de sourcing, data exchange e conectividade, integração entre planejamento e produção, manutenção preditiva, convergência entre Tecnologia da Informação e Internet das Coisas. Na área de segurança, por exemplo, permite o monitoramento de pessoas e equipamentos. Na produção, a integração dos dados. Na mina, o mapeamento em 3D e adoção de reclaimers autônomos (com o uso de radar sensores), adoção dos Centro Integrado de Operações e o monitoramento preditivo de ativos.

A Suécia, principal produtor de minério de ferro da Europa, também bateu na tecla da inovação e desenvolvimento tecnológico, em um seminário específico, com exemplos dos avanços conseguidos por sua indústria mineral, incluindo a cadeia de suprimentos. Mencionando o exemplo do minério de ferro, os suecos informaram que atualmente o país produz 70 milhões de toneladas em apenas cinco minas, enquanto nos anos 1960 a produção era de 28 milhões em 60 minas. Isto foi conseguido, segundo o vice-ministro de Relações Exteriores, graças a resultados marcantes tanto de produtividade quanto de eficiência, além da criação de um ambiente sustentável no qual a sociedade e a mineração podem coexistir em harmonia. O seminário da Suécia foi dividido em quatro painéis abordando a próxima geração de veículos autônomos, a automação no futuro, mineração verde e comunicação nas minas. Cada um dos painéis mostrou casos de sucesso e de pesquisas que estão em andamento visando uma alta performance do setor. Entre as novidades foi citado um projeto, que está em fase de implementação, de um sistema de internet sem fio nas minas, com tecnologia 5G e que deve estar operando em uma mina naquele país ainda em 2016. As empresas Volvo e Scania apresentaram suas pesquisas para produção de caminhões autônomos guiados por computador.

Um tema relacionado com a conectividade nas minas foi abordado por dois pesquisadores do ITV de Ouro Preto, Viviane Barbosa e Luis Uzeda, que apresentaram um projeto de conectividade em banda larga para apoiar o trabalho na frente de lavra, trazendo menor custo e maior qualidade para as operações. O estudo se baseou no comportamento da infraestrutura de comunicação LTE (Long Term Evolution), como as redes 4G usadas na internet móvel, de uma mina a céu aberto que, com o passar dos anos, expandiu-se devido ao avanço da lavra e a sua frota de equipamentos tornou-se maior e mais automatizada. Tal expansão criou a necessidade de uma rede de dados mais complexa e eficiente. “As operações, cada vez mais autônomas, precisam de uma comunicação de dados que atenda às expectativas de trabalho, produção e segurança. Nós nos dedicamos a mapear as melhores alternativas para estes sistemas”, explica Viviane.

O Brasil também mostrou no evento exemplos de iniciativas relacionadas com o desenvolvimento tecnológico no setor, durante um painel sobre inovação, coordenado pelo presidente do Instituto Tecnológico Vale (ITV), Luiz Mello, para quem a inovação é fundamental para a mineração. Na ocasião, ele explicou que o compromisso do ITV é compartilhar o conhecimento, inovação e tecnologia para o desenvolvimento sustentável das operações e processos da mineração global.

“Há cinco ou dez anos atrás, se você falasse em inovação muitas empresas diriam que isso se faz quando os negócios vão bem. É preciso pensar diferente. Vemos que hoje não há nenhuma empresa de mineração que não fale da importância da renovação”.

Foi o que afirmou Andrew Stewart, sócio da empresa canadense Monitor Deloitte, durante o painel. Porém, ele alertou que a dificuldade nem sempre está em encontrar novas soluções (que muitas vezes já existem), mas em identificá-las e aplicá-las, lembrando que há várias tecnologias na indústria do petróleo, por exemplo, que poderiam ser aplicadas com sucesso na mineração. Apesar das dificuldades, parece que o Brasil está conseguindo inovar na área, como mostram dois cases apresentados no congresso: o projeto Mackgraphe, sobre grafeno e outros materiais e o da CBMM na área de terras raras, sobre os quais **Brasil Mineral** já publicou matérias específicas.

Desenvolvimento sustentável

Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, que fazem parte da Agenda 2030, foram tema de um painel no último dia do WMC, sob o comando de Gillian Davidson, chefe do setor de Mineração e Metais do Fórum Econômico Mundial e que contou com a participação de representantes do governo brasileiro, empresas mineradoras e acadêmicos de vários países. Depois de acordarem que o cumprimento das metas da Agenda 2030 dependerá do diálogo envolvendo todos os setores e da definição clara de missões a serem cumpridas por cada parte envolvida, os participantes propuseram a criação de uma política e de ações que reúnam os players envolvidos direta ou indiretamente no setor de mineração, em torno da promoção do desenvolvimento sustentável nas dimensões social, econômica e ambiental. A representante do Ministério de Minas e Energia, Maria José Gazzi Salum, afirmou que é preciso construir um processo mais participativo com as populações nas áreas onde se exerce a atividade mineral. Ou seja, em sua opinião deve promover o empoderamento dos moradores dessas regiões, seja qual for o tipo de minério produzido.

Ainda ligado ao tema sustentabilidade, Emanoel Nazário, especialista em gestão e desempenho da Vale em Carajás e que faz mestrado no Instituto Tecnológico Vale (ITV), em Belém (PA), apresentou um trabalho sobre a relação da mineração com o desenvolvimento das cidades. Após estudar os dados do IDH dos municípios do Brasil, ele concluiu que a atividade mineral tem contribuído significativamente para o desenvolvimento do País. Os municípios que se apoiam na atividade mineral têm índices de desenvolvimento superior aos demais, especialmente nos dois maiores estados mineradores: Minas Gerais e Pará. "Os fatores que analisamos tratam sobre a parte da influência da atividade mineral, o que sugere a presença de outras variáveis, como gestão pública, cultura e história do município, na manutenção do IDHM", explica o pesquisador. Ele afirmou que enquanto a média de Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios brasileiros (IDHM) está em 0,659, nas cidades mineradoras do Pará este valor chega a 0,670, sendo superior a 93% dos demais municípios do Estado. Em Minas Gerias, o número é de 0,731, maior que 91% dos demais municípios mineiros. O IDHM considera três indicadores: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano.

Luz no fim do túnel

"Há uma luz no fim do túnel e não é um trem vindo na direção contrária". Foi a mensagem passada pelo especialista em Economia Mineral Magnus Ericsson, da Universidade de Lulea, Suécia, que fez uma análise sobre as perspectivas para a indústria de mineração mundial no futuro próximo. Ele disse que os fatores que determinam a evolução da de manda por bens minerais permanecem, como crescimento da população, urbanização, industrialização, propriedades especiais dos metais e relação PIB/Mineração. Além disso, o valor de mercado das companhias mineradoras, que caiu fortemente após o Superciclo, está novamente em ascensão. Ele considerou que as atividades de exploração mineral têm se reduzido, porém isto tem a ver com os preços dos metais e não com a demanda. Portanto, o financiamento da atividade também varia de acordo com os preços. E citou que o índice de preços de uma cesta composta por 26 metais ainda está em nível bom. Se no pico do Superciclo este índice estava em 400, hoje se encontra na faixa de 210. Ele disse também que, apesar do panorama difícil para as mineradoras, elas têm aumentado os esforços em pesquisa e desenvolvimento, citando projetos de inovação no Canadá, Austrália e África do Sul.

Analisando os fatores políticos que interferem na atividade, Ericsson lembrou que atualmente o tempo médio entre a descoberta e entrada em produção de um depósito mineral, no mundo, é da ordem de 25 anos e que, na escala que mede as dificuldades para minerar, o Brasil está situado no meio. Ou seja, não é o mais difícil nem o mais fácil. Referindo-se à questão da cobrança de royalties sobre a atividade de mineração, ele disse que este não é o melhor caminho para promover a sustentabilidade. "Mais importante é saber como os minerais e metais podem contribuir para o desenvolvimento sustentável. No que se refere aos investimentos em capex, que no pico, em 2011, estavam em US$200 bilhões, o analista disse que as previsões são de um montante de US$ 70 bilhões em 2017 e US$ 80 bilhões em 2018. Em conclusão, ele afirmou que a demanda por metais permanece e começa a se recuperar em 2017, que as perspectivas de longo prazo são favoráveis, os gastos em exploração de vem continuar baixos e que a recuperação da atividade pode ser maior do que o esperado.

Trabalhos disponíveis para download

Os mais de 240 trabalhos científicos apresentados durante a 24ª edição do World Mining Congress (WMC) e as apresentações disponibilizadas pelos palestrantes já podem ser acessados no site do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM).

Os trabalhos estão reunidos no livro 24th World Mining Congress Proceeding. A publicação está dividida pelos eixos temáticos do WMC: Pesquisa Mineral, Mina a Céu Aberto, Mineração Subterrânea, Economia Mineral, Sustentabilidade na Mineração, Processamento Mineral, Automação e Robótica e Inovação em Mineração.

No total, o WMC 2016 recebeu 460 resumos e, com a evolução das fases de seleção, 310 foram aprovados pelo comitê cientifico do evento. Destes, 245 se qualificaram para apresentações orais ou pôsteres durante o evento, que compuseram o livro eletrônico. Entre os autores, 50% são brasileiros e o restante de 30 diferentes nacionalidades.

Os artigos estão disponíveis de acordo com os seguintes eixos temáticos: Sustentabilidade na Mineração (com 57 artigos); Mineração Subterrânea (com 44 artigos); Inovação em Mineração (com 39 artigos); Processamento Mineral (com 33 artigos); Mina a Céu Aberto (com 27 artigos); Economia Mineral (com 22 artigos); Pesquisa Mineral (com 12 artigos); Automação e Robótica (com 11 artigos).

Fonte: Brasil Mineral
Autor: Francisco Alves
Data: Edição Novembro 2016